*ISBN 978-85-7846-455-4*

**O FORTALECIMENTO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS E DE GESTÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO NORTE DO PARANÁ**

Aquilane Beserra Marcelino

[aquilanemarcelino@gmail.com](mailto:aquilanemarcelino@gmail.com)

Gilza Ferreira Souza Felipe Pereira

[souzagilza85@gmail.com](mailto:souzagilza85@gmail.com)

Wagner Roberto do Amaral

Universidade Estadual de Londrina

wramaral2011@hotmail.com

                                  Eixo 2: EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

**Resumo:** O presente trabalho visa refletir acerca da experiência de extensão realizada por equipe interdisciplinar de docentes e estudantes da Universidade Estadual de Londrina junto a nove escolas estaduais indígenas localizadas na região norte do Paraná. A reflexão toma como referência o atual contexto de implementação e fortalecimento da educação escolar indígena como modalidade da educação básica no país e no Paraná, e a necessidade de fortalecer as escolas indígenas por meio da reflexão permanente de suas praticas pedagógicas e de gestão. O trabalho apresenta ainda aspectos importantes acerca da relação entre universidade e escolas indígenas, dos procedimentos metodológicos utilizados e dos resultados alcançados. A experiência sistematizada por meio desse trabalho permitiu considerar que existe um conjunto de contradições, limites e avanços nas experiências educativas e gestoras vivenciadas nas escolas indígenas, bem como o potencial organizativo dos professores indígenas nesse processo.

**Palavras-chave**: Educação escolar indígena; Gestão escolar; Práticas Educativas,

**Introdução**

O respectivo trabalho intenciona refletir sobre a experiência desenvolvida pelo Projeto de Extensão intitulado “A formação de gestores e professores da escola indígena bilíngue, diferenciada e intercultural e suas narrativas curriculares de resistência”. Esta ação se apresenta em sua terceira etapa, sendo continuidade de outras duas etapas desenvolvidas nos anos de 2013-2014 e 2015-2016, por projetos também financiados pelo Programa Universidade Sem Fronteiras coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) cujos objetivos estiveram voltados para a elaboração de um diagnóstico socioeducacional das escolas estaduais indígenas e para qualificar a formação continuada de professores e gestores indígenas da região norte do Paraná.

O problema central desse texto refere-se às possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento de práticas de gestão escolar e de práticas educativas bilíngues, plurilíngues, interculturais, comunitária e etnoterritorializadas nas seis terras indígenas da região norte do Paraná, a partir da reflexão sobre os currículos organizados pelas nove escolas estaduais indígenas atuantes nesses territórios[[1]](#footnote-1).

O referido projeto se apresenta num contexto importante tendo em vista a tarefa de fortalecer as experiências curriculares e de gestão das escolas indígenas no país e no Paraná, uma vez sendo recente seu reconhecimento e normatização pelos sistemas públicos de educação.

**A educação escolar indígena como modalidade da educação básica**

No Brasil, a Educação Escolar Indígena (EEI) passou a ser reconhecida como modalidade da educação básicaa partir da Lei n. 9394/2006 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse reconhecimento legal é resultado da mobilização de organizações e movimentos de professores indígenas em todo país. Seu novo estatuto como política pública educacional sinaliza a superação do lastro colonialista, etnocida, assimilacionista e tutelar marcado pelas experiências desenvolvidas pelo Estado brasileiro ao longo de muitos séculos.

Contudo, o reconhecimento oficial da EEI como modalidade inserida nos sistemas públicos de educação é seguido de muitos desafios políticos, sociais, culturais, linguísticos, dentre outros. Desafio em garantir qualidade que passa a ser traduzida pelo reconhecimento de uma escola pública indígena diferenciada, orientada pela interculturalidade, pelo bilinguismo, pela especificidade étnica e por sua dimensão comunitária e territorial. A escola indígena passa a ser reconhecida como espaço de conflito, de fronteira social (Barth, 1998; Tassinari, 2001) e de resistência, espaço ocupado por professores indígenas que reapropriam e ressignificam os processos educativos.

Nessa lógica e nesse contexto, três documentos nacionais foram importantes para orientar e fundamentar as ações educacionais que já estavam em curso e as que deveriam ser organizadas a partir deste momento em todo o país, sendo: o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas publicado pelo MEC em 1998; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, de 1999 e revisitado em 2012; e as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, de 1999. Após 500 anos do contato entre os colonizadores europeus e as sociedades indígenas, pela primeira vez na história brasileira, estabelece-se a definição do conceito e do reconhecimento das categorias Escola Indígena e Professor Indígena no país.

No Paraná, a oferta da educação escolar em terras indígenas foi oficialmente estadualizada em 2008, havendo a progressiva assunção da responsabilidade mantenedora das escolas indígenas no Paraná pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Esse processo passou a garantir a contratação de professores indígenas bilíngues nesses estabelecimentos escolares, evidenciando a urgente necessidade de formação continuada desses profissionais, ainda não suprida pelo Estado, e que venha a qualificar a escolarização das crianças, jovens e adultos Kaingang e Guarani atendidos pelas escolas estaduais indígenas.

Atualmente, estão em funcionamento 37 escolas estaduais indígenas, localizadas em 26 terras indígenas no território paranaense. Com o processo de estadualização da EEI no Paraná, constata-se uma expansão na oferta do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas terras indígenas com a construção, reforma e ampliação de escolas indígenas nesses territórios, além da contratação de profissionais indígenas para atuarem nessas unidades.

No ano de 2014, identificou-se um total de 4.269 matrículas nas escolas estaduais indígenas do Paraná em diferentes níveis e modalidades de ensino. Destaca-se que os anos iniciais do Ensino Fundamental são ofertados por todas as escolas estaduais indígenas. A ampliação do atendimento dos anos finais do Ensino Fundamental continua sendo um desafio, já que as vagas neste nível são ofertadas apenas em 11 terras indígenas. Desafio semelhante e ainda maior é a garantia do Ensino Médio, uma vez que esse nível de ensino é ofertado somente em sete das 26 terras indígenas do Paraná (em 10 escolas estaduais indígenas).

Atualmente, trabalham nas 37 escolas indígenas estaduais um total de 875 profissionais de educação, dos quais 353 são indígenas (40%) e 522, não indígenas (60%), distribuídos nas funções de diretores, pedagogos, professores bilíngues, professores não indígenas e agentes administrativos (Paraná, 2014). Os denominados professores bilíngues são, em regra, educadores indígenas formados pelos cursos de magistério indígena organizados pela SEED no período de 2006 a 2012, sem formação universitária. Majoritariamente, os profissionais da educação (indígenas e não indígenas) que atuam nas escolas indígenas estaduais possuem vínculo temporário com a SEED, renovado ou não anualmente por meio de edital público e declaração de aval do cacique da comunidade, o que gera inseguranças e descontinuidades de seu vinculo com essas escolas.

Já a política de ingresso e permanência de estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná, desde o ano de 2002, permitiu a inserção desses acadêmicos em cursos de licenciatura nessas Instituições. Até o ano de 2013, dos 37 acadêmicos indígenas formados nas Universidades Estaduais do Paraná, 18 deles vinculavam-se a cursos de Pedagogia e licenciaturas, totalizando cerca de 48% dos concluintes. Contudo, observa-se um número significativo de evasões, transferências de cursos e retenções desses estudantes devido a uma serie de motivos, dentre eles: a fragilidade de sua escolarização básica, os preconceitos por eles vivenciados, os limites financeiros etc. (AMARAL, 2010; AMARAL, FRAGA, RODRIGUES, 2016).

Evidenciam-se ainda inúmeros desafios para a implementação de uma política de educação escolar indígena efetivamente pública e de qualidade no Paraná, quais sejam: a criação de cursos de licenciatura intercultural para formar professores indígenas no Paraná a partir dos princípios da interculturalidade, especificidade e bilinguismo; a realização de concursos públicos específicos para profissionais indígenas na Rede Estadual de Educação; a produção de materiais didáticos bi/multilíngues para os educandos indígenas, acompanhados de um investimento intenso na formação continuada dos profissionais que atuam nas escolas indígenas, pela SEED.

Na região norte do Paraná, foco central do presente estudo, encontram-se em funcionamento nove escolas estaduais indígenas[[2]](#footnote-2), localizadas em seis terras indígenas, envolvendo 139 profissionais da educação. Destaca-se que a maioria dos professores e diretores envolvidos nas referidas escolas não possui pertencimento indígena, o que gera uma fragilidade na compreensão e desenvolvimento de processos educativos que garantam especificidades étnicas, culturais e linguísticas. Destaca-se também a não realização de cursos ou eventos de formação continuada pela SEED-PR para as equipes dessas escolas no período de 2011 a 2015 (UEL, 2015).

**Desenvolvimento (relato)**

**A experiência de extensão nas escolas indígenas na região norte do Paraná**

A experiência de extensão realizada junto às escolas estaduais indígenas na região norte do Paraná conta atualmente com uma equipe interdisciplinar composta por docentes e estudantes bolsistas dos cursos de: Pedagogia, Serviço Social, Ciências Sociais e Letras Vernáculas e Clássicas, tendo a participação de uma bolsista pertencente à etnia Kaingang, recém-formada em Serviço Social.

O projeto desenvolve ações junto a professores e gestores indígenas de três diferentes etnias sendo: Kaingang, Guarani e Xetá, habitantes de seis terras indígenas (Apucaraninha, Barão de Antonina, Laranjinha, Pinhalzinho, Posto Velho/Ywy Porã e São Jerônimo).

Na primeira etapa da ação extensionista (período de 2013 e 2014), constatou-se, por meio de diagnóstico socioeducacional desenvolvido por equipe de extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL), junto às escolas, um conjunto de contradições, limites e potencialidades nas experiências educativas e gestoras nelas vivenciadas. A metodologia para elaboração desse diagnóstico contou com três momentos, sendo:

1.  O levantamento e a sistematização de dados diagnósticos nas seis terras indígenas (sendo três dias contínuos em cada uma delas), por meio de fontes documentais, de registros fotográficos dos espaços escolares, e por meio de entrevistas com gestores, professores, pais, mães, lideranças e sábios indígenas. Todo o material foi registrado por meio de fotos, filmagens e gravações de áudio, com as devidas autorizações, compondo o acervo do projeto.

2.  A realização de duas oficinas de formação continuada com todos os gestores e professores das escolas indígenas, em cada uma das terras indígenas, problematizando e debatendo os dados sistematizados pela equipe, com o objetivo de elaborar o diagnóstico socioeducativo com a participação dos sujeitos da escola e da comunidade.

3.  A sistematização dos registros das oficinas formativas para compor o diagnóstico socioeducacional das escolas estaduais indígenas da região norte do Paraná.

Um dos aspectos constatados nas oficinas formativas locais foi o significativo silencio dos professores indígenas quando dos debates e reflexões realizadas com os professores e diretores não indígenas da escola. Constatou-se um significativo medo e insegurança pelos professores indígenas em problematizar e analisar as contradições existentes nas escolas indígenas, diante da presença dos professores não indígenas, fundamentalmente da direção escolar, ocupada majoritariamente por não índios. Distante dessas pessoas, os professores indígenas manifestavam suas criticas e solicitavam um espaço especifico para sua formação.

Observou-se ainda que o silêncio dos pedagogos e professores indígenas se refletia na afirmação do apagamento das línguas indígenas do ambiente escolar e comunitário, uma vez que as escolas indígenas, espaço potenciais de socialização das culturas Kaingang, Guarani e Xetá, são mantidas, majoritariamente, por gestores e professores não indígenas, estes últimos, com contratos precários e temporários, com significativas deficiências na sua formação profissional.

Desta forma, para a segunda etapa da ação extensionista (período de 2015 e 2016), a estratégia foi então alterada realizando cinco oficinas formativas nas dependências da Universidade Estadual de Londrina (UEL), priorizando a participação somente dos professores indígenas das escolas indígenas (com exceção apenas dos diretores não indígenas) e os concentrando em um único espaço. Também na UEL, como parte das atividades do projeto foi realizado o I Encontro das Escolas Indígenas do Norte do Paraná na UEL, em 2016, reunindo todos os professores indígenas e não indígenas das seis terras indígenas envolvidas, com o intuito de socializar as reflexões realizadas nas oficinas e fortalecer a sua articulação.

É relevante ainda destacar-se que, das nove escolas indígenas, somente duas possuem direção indígena, sendo uma Guarani e a outra Kaingang. Observamos que quando a direção da escola é indígena há o fortalecimento da cultura, do bilinguismo, dos rituais, das crenças, da valorização da sabedoria dos mais velhos, além de uma abertura maior para o diálogo intercultural e comunitário, tornando-se importante e fundamental que essas escolas sejam organizadas e direcionadas pelos profissionais indígenas.

As oficinas realizadas na UEL tiveram como principal objetivo fomentar o diálogo, a formação continuada e a articulação entre os professores indígenas por meio dos aspectos diagnósticos sistematizados na etapa anterior do projeto, intercambiando com aspectos teóricos, normativos, políticos e conceituais. Sobre currículo, bilinguismo, interculturalidade e a organização e gestão da escola indígena. Destaca-se a relevância das atividades realizadas, tendo em vista que em 2016 completava cinco anos que os professores indígenas não se encontravam e participavam de atividades formativas conjuntas. Ressalta-se também o esforço logístico e de articulação feito pela equipe de extensão para viabilizar simultaneamente o deslocamento dos professores indígenas das seis terras indígenas, além de garantir a estrutura de alimentação e pedagógica.

Tal articulação proposta fundamenta-se nas analises realizadas por lideranças indígenas e pesquisadores os quais revelam o fundamental protagonismo dos povos indígenas no atual contexto, como revela

Tommasino e Almeida (2014 p. 40) ao afirmar que:

[...] os indígenas assumindo as rédeas dos movimentos por seus direitos, revelando surpreendentemente o processo de articulação [...] aproximando diferentes etnias através da comunicação e da troca de experiências em eventos regionais, nacionais e internacionais. Abre-se a partir daí uma interlocução mais participativa com o Estado e uma ampliação das redes de articulação institucional a nível governamental e não-governamental.

Assim, a partir das atividades desenvolvidas, houve um entendimento sobre a necessidade de fomentar a mobilização e articulação por parte dos profissionais indígenas. Nesta logica, como culminância da segunda etapa do projeto, foi criada por eles a Comissão de Articulação dos Direitos das Escolas Indígenas do Norte do Paraná (CADEINP), sendo uma organização indígena constituída por representantes das escolas estaduais indígenas localizadas na região norte do Paraná, tornando-se um instrumento de luta pelos interesses e fortalecimento da educação escolar indígena bilíngue, específica, diferenciada, intercultural, comunitária, etnoterritorializada e de qualidade. Essa comissão tem como intuito unir e fortalecer os profissionais indígenas para a legitimidade na representação dos interesses das escolas estaduais indígenas junto às instituições públicas responsáveis pela gestão da politica de educação escolar indígena no Paraná e no país.

Essa estratégia se fundamenta nas reflexões do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (BRASIL, 1998, p. 11) ao refletir que:

Os professores indígenas reivindicam a construção de novas propostas curriculares para suas escolas, em substituição àqueles modelos de educação que, ao longo da história, lhes vêm sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam aos seus interesses políticos e às pedagogias de suas culturas.

Dentre os aspectos identificados no diagnóstico socioeducacional produzido nas duas etapas do projeto, destacam-se as fragilidades no uso cotidiano das línguas Kaingang, Guarani e Xetá nas terras indígenas envolvidas. tendo em vista os processos progressivos de desprestígio e desvalorização das línguas indígenas, refletidas na organização escolar e curricular das referidas escolas. Observa-se ainda que essas escolas vêm ampliando sua oferta de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, demandando um número maior de professores habilitados, em sua maioria profissionais não indígenas e nem sempre preparados pela SEED-PR para atuar em terras indígenas, tendo em vista a baixa disponibilidade de professores indígenas graduados. Esse fato potencializa a hegemonia do uso da língua portuguesa em detrimento das línguas indígenas na escola.

Constatou-se ainda um distanciamento entre as equipes das escolas indígenas com os caciques e lideranças indígenas, inviabilizando a avaliação e elaboração de propostas curriculares na perspectiva de se fortalecer as políticas linguísticas em cada comunidade.

Podemos observar acadêmicos indígenas dessas comunidades vinculados à cursos de licenciatura em Universidades Estaduais próximas às terras indígenas e que não possuem nenhuma atuação nas escolas das aldeias. Essa desarticulação não contribui com as possibilidades de diálogo entre os conhecimentos acadêmicos, os conhecimentos escolares e os conhecimentos tradicionais indígenas.

No ano de 2017, deu-se continuidade às ações extensionistas com a terceira etapa do projeto com o objetivo de sistematizar todos os dados coletados nas etapas anteriores para a elaboração de um material de apoio formativo para os professores indígenas. O livro proposto e em construção junto com representantes da CADEINP, possibilitará a divulgação das experiências vividas por meio do projeto de extensão junto às escolas indígenas. Tendo em vista a ausência de materiais formativos que oriente os professores indígenas nas escolas, esvaziando o sentido teórico e assim, dificultando práticas mais reflexivas e praxiológicas.

Em conjunto à produção coletiva do livro está sendo mantida uma agenda formativa junto aos membros da CADEINP para aprofundar conceitos, bem como para contribuir na oficialização desta organização por meio da elaboração do seu regimento interno. Para a construção deste regimento estão sendo realizadas reuniões mensais com os profissionais indígenas e os integrantes do projeto.

**Considerações finais**

A experiência extensionista realizada, ora socializada e refletida, buscou recolocar a função social e o compromisso ético e politico da UEL junto aos povos indígenas que vivem em territórios indígenas no entorno desta instituição. A tarefa da universidade se apresenta, efetivamente, colocar-se ao serviço das necessidades e desejos dessas comunidades, em especial com o apoio aos processos educativos bilingues e diferenciados que vem se realizando nas escolas indígenas. Tarefa que exige respeito e horizontalidade no diálogo de saberes tradicionais, experiências vivenciais e conhecimentos acadêmicos, numa perspectiva de efetiva interculturalidade e de descolonização das relações e dos conhecimentos.

Toda a expeiência pautou-se ainda na tarefa de criar e fortalecer os vínculos entre os sujeitos educadores, gestores e lideranças indígenas para que possam refletir de forma critica sobre suas práticas, tendo em vista a constituição de uma rede permanente das escolas indígenas dessa região.

A possibilidade de participar do projeto é única, pois contribui para a formação acadêmica e pessoal de toda a equipe de docentes e estudantes. Exigindo habilidades e dedicação, além da compreensão das especificidades étnicas dos diferentes povos indígenas. Compreensão das lógicas curriculares da escola indígena, da necessária coerência com a teoria para desenvolver o trabalho efetivo e fundamentado, e da clareza de que esta ação conjunta tem protagonizado a escola indígena que os povos Kaingang, Guarani e xetá desejam.

**Referências**

AMARAL, Wagner R. do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná:** sujeitos e pertencimentos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

\_\_\_\_\_. A educação escolar indígena como direito da agenda educacional paranaense e brasileira. In: SILVA, Paulo V. B.; DIAS, Lucimar R.; TRIGO, Rosa A. E. (Org.) **Educação e diversidade:** justiça social, inclusão e direitos humanos : livro 2: CONAE Paraná : reflexões e provocações. 1. ed., Curitiba, Appris, 2015.

\_\_\_\_\_. Educação indígena. In: SILVA. Monica Ribeiro; GARCIA, Sandra R. O. (Org.) Formação de professores do ensino médio : modalidades. Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2015.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. Bergen, Oslo: Universitetsforlagets, 1969. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade.** Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para uma política nacional de educação escolar indígena**. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas.** Ministério da Educação*.* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Documento Orientador.** Brasília, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco.; FREIRE, Carlos A. da R. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Planilha das Escolas Indígenas do Paraná.** Curitiba, 2014.

TASSINARI, Antonella M. E. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy L.; FERREIRA, Mariana K. L. **Antropologia, história e educação:** a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. p. 45-70

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: Uma Sociedade JÊ Meridional em Movimento**. 1995. 225fls.Tese de Doutorado (Departamento de Antropologia) - Universidade de São Paulo,São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. ALMEIDA, Ledson Kurtz. **Territórios e Territorialidades Kaingang: A reinvenção dos Espaços e das Formas de Sobrevivência após a Conquista.**Dossiê- Estudos sobre as Sociedade Jê(Kaingang e Xokleng) no Sul do Brasil,Paraná,v 19, n 2, p 18, set. 2014.

UEL. **Relatório Final de Extensão.** Londrina, 2015.

UEL. **Relatório Final de Extensão.** Londrina, 2016.

1. Importante informar que, dada a significativa dimensão territorial de algumas terras indígenas, em algumas destas existem mais de uma escola indígena em funcionamento. [↑](#footnote-ref-1)
2. Escola Estadual Indígena Kavangtan Vergílio, Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, Escola Estadual Indígena Roseno Vokrig, Escola Estadual Indígena Índio Rael Vynhkag, Escola Estadual Indígena Cacique Onofre Kanhgren, Escola Estadual Cacique Tudja Nhanderu, Escola Estadual Indígena Ywy Porã, Escola Estadual Indígena Nimboeaty Mborouitra Awa Trope e Escola Estadual Indígena Cacique  Koféj. [↑](#footnote-ref-2)